

Fiscalização
Ordenada

10 de Março | 2022

RESÍDUOS SÓLIDOS



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/ordenadas

TC 4237/989/22

TC de acompanhamento: 7194/989/22

Antonio Roque Citadini
Conselheiro

CERQUILHO

Responsável pela Fiscalização

DSF-II

UR-9

FRANCISCO JOSE MENDES ROSSI
Agente da Fiscalização

Resíduos Sólidos

O **Tribunal de Contas** do Estado de São Paulo é o guardião da sociedade que orienta e fiscaliza o cumprimento das leis aplicáveis aos seus jurisdicionados estaduais e municipais.

A Lei Federal nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público.

Contexto da Fiscalização

Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (atualiza o marco legal do saneamento básico), e regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

A presente Fiscalização Ordenada tem o objetivo de verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios paulistas, observando aspectos tanto operacionais, como a Coleta e Destinação Final de Resíduos Domiciliares, de Resíduos dos Serviços de Saúde, da Construção Civil e a Coleta Seletiva, quanto os relativos ao planejamento de tais ações, como a existência do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Esta Fiscalização Ordenada teve como escopo aferir as questões relativas aos:

- Resíduos Sólidos Urbanos;
- Resíduos dos Serviços de Saúde;
- Resíduos da Construção Civil;
- Resíduos dos Serviços de Tratamento de Água e Esgotos.

Os registros fotográficos realizados na maioria dos órgãos fiscalizados proporcionam um parâmetro importante da realidade da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos pelas Administrações Municipais.

Os dados ora divulgados trazem a certeza de que ainda há muito a ser feito e que as ações ordenadas implementadas pela Corte de Contas Paulista, além de subsidiar o gestor público em eventuais correções que se façam necessárias, fortalecem nossa interação com a sociedade.

Por fim, importante ressaltar que os dados ora apresentados derivam da conjunção de esforços de uma equipe multidisciplinar, os quais permitiram que os resultados das inspeções chegassem em tempo real à Direção da Casa.

Números da I Fiscalização Ordenada de 2022

272 servidores do TCESP empregados na fiscalização
247 municípios
247 órgãos fiscalizados

I Fiscalização Ordenada 2022

CERQUILHO

A. IDENTIFICAÇÃO

A.1) Prefeitura Municipal de:

Resposta: **Cerquilha**

Comentários: -

A.2) Nome do (a) Prefeito (a):

Resposta: **JOSÉ ROBERTO PILON**

Comentários: -

A.3) CPF:

Resposta: **027.189.898-40**

Comentários: -

A.4) Email:

Resposta: **chefedegabinete@cerquilha.sp.gov.br**

Comentários: -

B. INFORMAÇÕES GERAIS

B.1) Foi elaborado o Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010?

Resposta: Não

Comentários: O Plano Municipal venceu em 2018 e o Plano Metropolitano está em elaboração.

B.2) O Município implantou algum programa de Educação Ambiental?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.2.1) Descrever sucintamente:

Resposta: Projeto Semeando a vida - ensinando a quebrar dormência de sementes de árvores nativas;
Visitação ao Centro Ambiental Municipal, mostrando diversas áreas ambientais.
Ambos os projetos tem objetivo de educação formal (estudantes) e não formal (população em geral e empresas).

Comentários: -

B.3) Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente instituído?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.4) O Município faz parte do Programa VerdeAzul do Governo do Estado?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.5) O Município instituiu a cobrança de taxa ou tarifa decorrente da prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, nos termos do art. 35 da Lei nº 11.445/07?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.5.1) Informar o instrumento normativo legal (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver).

Resposta: Lei Complementar n. 321, de 16 de dezembro de 2020 (<https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisComplementares/321>)

Comentários: -

B.6) O Município definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico?

Resposta: Não

Comentários: -

C. COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

C.1) O Município regulamentou o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos?

Resposta: Sim

Comentários: -

C.2) A coleta seletiva é realizada por:

Resposta: Associações ou Cooperativas de catadores

Comentários: -

C.2.2) O Município possui parceria formalmente estabelecida com as associações ou cooperativas de catadores?

Resposta: Sim

Comentários: -

C.3) Em termos percentuais, quanto representa a coleta seletiva do total de todo o lixo?

Resposta: De 00% a 25%

Comentários: -

C.4) A coleta seletiva ocorre de forma programada (determinados horários e dias da semana)?

Resposta: Sim

Comentários: -

C.4.1) Informe a rota da coleta seletiva escolhida para verificação:

Resposta: Bairro São Francisco

Comentários: -

C.4.2) Existe publicidade da programação da coleta seletiva?

Resposta: Sim

Comentários: -

C.4.3) Na rota verificada houve coleta seletiva?

Resposta: Sim

Comentários: -

C.5) Existem outras iniciativas de recepção de resíduos de coleta seletiva (Pontos de Entrega Voluntária / Ecopontos / Cata-bagulho / etc.)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.5.1) Quais?

Resposta: **Ecoponto e entrega voluntária no prédio da Secretária Municipal de Meio Ambiente.**

Comentários: -

D. COLETA NÃO SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

D.1) A coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) é realizada pela própria Prefeitura/Autarquia ou Terceirizada?

Resposta: **Própria**

Comentários: -

D.2) A coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) ocorre de forma programada (determinados os horários e dias da semana)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.2.1) Informe a rota da coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) selecionada para verificação:

Resposta: **Bairro São Francisco**

Comentários: -

D.2.2) Existe publicidade da programação da coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.2.3) Na rota verificada houve coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.3) Todas as regiões do Município são atendidas pela coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.4) Existe área de transbordo/triagem para os resíduos sólidos urbanos no Município?

Resposta: **Não**

Comentários: -

D.4.1) Informar o local de transbordo/triagem:

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2) A área de transbordo/triagem é própria ou terceirizada?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2.2) Foram verificadas irregularidades na estação de transbordo/triagem?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2.2.1) Quais?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.3) Existe licença de operação válida da CETESB para a área de transbordo de resíduos sólidos urbanos?

Resposta: -

Comentários: -

D.5) Existe Unidade de Compostagem no Município?

Resposta: Não

Comentários: -

D.6) Existe área de aterro no Município?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.6.1) O aterro é próprio ou terceirizado?

Resposta: Próprio

Comentários: -

D.6.1.1) Foram verificadas irregularidades no aterro?

Resposta: Não

Comentários: -

D.6.1.1.1) Quais?

Resposta: -

Comentários: -

D.6.2) Existe licença válida de operação da CETESB para a área do aterro sanitário?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.6.3) Onde ocorre a disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município?

Resposta: -

Comentários: -

D.7) Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde)?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.8) Antes de aterrar o lixo, o Município realiza algum tipo de processamento de resíduo?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.8.1) Quais?

Resposta: Reciclagem
Outros

Comentários: Compactação

D.9) Existe aterro sanitário desativado no Município?

Resposta: Não

Comentários: -

D.9.1) Existe monitoramento do aterro sanitário desativado?

Resposta: -

Comentários: -

D.9.1.1) Quem realiza o monitoramento?

Resposta: -

Comentários: -

E. RESÍDUOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE

E.1) Foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.1.1) Informar o instrumento normativo legal (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver):

Resposta: Lei Municipal n. 3141/2014
(<https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisOrdinarias/3141>) e Decreto. n. 3250/2019
(<https://www.cerquilha.sp.gov.br/legislacao/detalhe/513/pregulamenta-a-lei-municipal-nordm-3141-de-17-de-novembro-de-2014-que-institui-a-politica-municipal-de-residuos-solidos-e-aprovou-o-plano-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-do->

Comentários: -

E.2) Os resíduos de serviços de saúde são coletados pelo próprio Município ou o serviço é terceirizado?

Resposta: Próprio município

Comentários: -

E.3) Existe programação de coleta de resíduos de serviços de saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.4) O Município dispõe de coleta específica para os resíduos gerados nos serviços de saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.5) O Município adota a incineração dos resíduos gerados nos serviços de saúde?

Resposta: Não

Comentários: -

F. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

F.1) A prefeitura possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

F.1.1) Informar o instrumento normativo (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver):

Resposta: **Lei Municipal n. 3141/2014**
(<https://www.legislacaodigital.com.br/Cerquilha-SP/LeisOrdinarias/3141>) e **Decreto. n. 3250/2019**
(<https://www.cerquilha.sp.gov.br/legislacao/detalhe/513/pregu-lamenta-a-lei-municipal-nordm-3141-de-17-de-novembro-de-2014-que-institui-a-politica-municipal-de-residuos-solidos-e-aprovou-o-plano-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-do->

Comentários: -

F.2) Os resíduos da Construção Civil são depositados no Aterro de Resíduos da Construção Civil (Aterro próprio no município ou em outra localidade)?

Resposta: **Não**

Comentários: No Município, os resíduos da Construção Civil são reciclados, em especial com a utilização na conservação de vias públicas, entre outros aproveitamentos.

F.3) Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão)?

Resposta: **Não**

Comentários: -

G. RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

G.1) A água que abastece o Município provém de Estação de Tratamento de Água (ETA)?

Resposta: Sim

Comentários: -

G.1.1) Onde são lançados os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Água (ETAs)?

Resposta: Corpos Hídricos

Comentários: -

G.2) Os esgotos gerados no Município são destinados à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)?

Resposta: Sim

Comentários: -

G.2.1) Onde são lançados os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Esgoto (ETEs)?

Resposta: Aterro Sanitário

Comentários: -

H. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

H.1) Existe(m) outra(s) ocorrência(s) digna(s) de nota?

Resposta: **Não**

Comentários: -